

Título	Cargos em estatais: Tombinis ou Tiriricas?
Veículo	O Estado de S. Paulo
Data	15 Janeiro 2011
Autor	Claudio J. D. Sales

Opinião

Cargos em estatais: Tombinis ou Tiriricas?

 **CLAUDIO SALES**



A expressão “indicação política” para as presidências e diretorias de estatais brasileiras, outrora usada com timidez, hoje aparece de forma escancarada em todos os meios. Partidos políticos explicitamente chantageiam os governos federal e estaduais na busca de vagas para seus apadrinhados e protegidos. Os candidatos às vagas variam de políticos derrotados nas eleições a personagens que mantêm obscuras relações com o poder público.

Teremos que nos render a um cenário onde nossas empresas estatais serão ocupadas por pessoas como o deputado federal Tiririca, palhaço profissional que durante a campanha eleitoral perguntava “o que faz um deputado federal”, e respondia “eu não sei, mas vote em mim que eu te conto”?

Seria muito bom se passássemos a ver um Brasil onde executivos de estatais fossem mais parecidos com o recém-empossado presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, profissional que detém as credenciais para conduzir nossa política monetária: formação acadêmica sólida, experiência relevante no setor financeiro (e no próprio BC, como ex-diretor de Normas) e reputação de seriedade na visão de profissionais do meio.

No caso do setor elétrico – e apenas para endereçar as estatais que mais ocupam as páginas de jornais – sabemos que os critérios de nomeação das diretorias da Eletrobrás e suas subsidiárias não se baseiam essencialmente na capacidade técnica ou gerencial. Todos sabem que, se fossem contratados para preencher as vagas das diretorias de tais estatais, os *headhunters* (profissionais que recrutam executivos seniores) fariam recomendações bem diferentes das que temos visto.

O critério predominante na nomeação dos executivos das estatais é o do apoio político ao governo em troca de vagas de diretorias que controlam orçamentos de dezenas de bilhões de reais. É esse o pragmático fator que desperta tanta cobiça dos políticos. O efeito desta troca perversa é mensurável. Enquanto os diretores apontados politicamente entram e saem das estatais ao sabor dos resultados das eleições, verifica-se intensa destruição de valor econômico.

Exemplo: entre 1998 e 2007, o EVA (*Economic Value Added*, ou Valor Econômico Adicionado) da Eletrobrás foi de R\$ 149 bilhões negativos, cálculo feito pela própria Stern Stewart, criadora do conceito. Pouco adiantou, portanto, o esforço de dedicados gerentes técnicos e concursados das estatais que tentam heroicamente “tocar” nossas empresas e minimizar as desastrosas interferências políticas de seus chefes temporários.

Esse fenômeno de ocupação política aflige estatais do setor elétrico e

outros setores há décadas. Uma constatação que reforça a necessidade de acabar com tamanho desrespeito aos recursos públicos.

Alguém precisa dar o primeiro passo. Neste início de mandato, a presidente do Brasil e os governadores dos Estados têm a oportunidade de dar um basta aos políticos que veem nas estatais um mero balcão de negócios.

Que tal começar por uma seleção profissional das diretorias das estatais? Que tal listar, para todas as diretorias de todas as estatais, candidatos com formação acadêmica sólida, experiência profissional relevante e reputação pessoal inatacável? A partir de uma lista de candidatos competentes, gerada com independência e divulgada com transparência, a presidente e os governadores poderiam acomodar as variáveis políticas e decidir quais seriam os gestores das estatais, mas já com probabilidades muito maiores de escolhas geradoras de valor para as estatais e para os cidadãos.

Não seria ótimo se os gestores das estatais pudessem ser vistos como exemplos de meritocracia e modelos inspiradores para nossos jovens? Pode parecer um sonho impossível, mas a presidente e os governadores têm todas as condições de dar o salto que representaria um sinal inequívoco de um novo patamar de gestão pública no Brasil.

* PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL. SITE: WWW.ACENDEBRASIL.COM.BR

A expressão "indicação política" para as presidências e diretorias de estatais brasileiras, outrora usada com timidez, hoje aparece de forma escancarada em todos os meios. Partidos políticos explicitamente chantageiam os governos federal e estaduais na busca de vagas para seus apadrinhados e protegidos. Os candidatos às vagas variam de políticos derrotados nas eleições a personagens que mantêm obscuras relações com o poder público.

Teremos que nos render a um cenário onde nossas empresas estatais serão ocupadas por pessoas como o deputado federal Tiririca, palhaço profissional que durante a campanha eleitoral perguntava "o que faz um deputado federal", e respondia "eu não sei, mas vote em mim que eu te conto"?

Seria muito bom se passássemos a ver um Brasil onde executivos de estatais fossem mais parecidos com o recém-empossado presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, profissional que detém as credenciais para conduzir nossa política monetária: formação acadêmica sólida, experiência relevante no setor financeiro (e no próprio BC, como ex-diretor de Normas) e reputação de seriedade na visão de profissionais do meio.

No caso do setor elétrico - e apenas para endereçar as estatais que mais ocupam as páginas de jornais - sabemos que os critérios de nomeação das diretorias da Eletrobrás e suas subsidiárias não se baseiam essencialmente na capacidade técnica ou gerencial. Todos sabem que, se fossem contratados para preencher as vagas das diretorias de tais estatais, os headhunters (profissionais que recrutam executivos seniores) fariam recomendações bem diferentes das que temos visto.

O critério predominante na nomeação dos executivos das estatais é o do apoio político ao governo em troca de vagas de diretorias que controlam orçamentos de dezenas de bilhões de reais. É esse o pragmático fator que desperta tanta cobiça dos políticos. O efeito desta troca perversa é mensurável. Enquanto os diretores apontados politicamente entram e saem das estatais ao sabor dos resultados das eleições, verifica-se intensa destruição de valor econômico.

Exemplo: entre 1998 e 2007, o EVA (Economic Value Added, ou Valor Econômico Adicionado) da Eletrobrás foi de R\$ 149 bilhões negativos, cálculo feito pela própria Stern Stewart, criadora do conceito. Pouco adiantou, portanto, o esforço de dedicados gerentes técnicos e concursados das estatais que tentam heroicamente "tocar" nossas empresas e minimizar as desastrosas interferências políticas de seus chefes temporários.

Esse fenômeno de ocupação política aflige estatais do setor elétrico e de outros setores há décadas. Uma constatação que reforça a necessidade de acabar com tamanho desrespeito aos recursos públicos.

Alguém precisa dar o primeiro passo. Neste início de mandato, a presidente do Brasil e os governadores dos Estados têm a oportunidade de dar um basta aos políticos que veem nas estatais um mero balcão de negócios.

Que tal começar por uma seleção profissional das diretorias das estatais? Que tal listar, para todas as diretorias de todas as estatais, candidatos com formação acadêmica sólida, experiência profissional relevante e reputação pessoal inatacável? A partir de uma lista de candidatos competentes, gerada com independência e divulgada com transparência, a presidente e os governadores poderiam acomodar as variáveis políticas e decidir quais seriam os gestores das estatais, mas já com probabilidades muito maiores de escolhas geradoras de valor para as estatais e para os cidadãos.

Não seria ótimo se os gestores das estatais pudessem ser vistos como exemplos de meritocracia e modelos inspiradores para nossos jovens? Pode parecer um sonho

impossível, mas a presidente e os governadores têm todas as condições de dar o salto que representaria um sinal inequívoco de um novo patamar de gestão pública no Brasil.

CLAUDIO J. D. SALES é presidente do Instituto Acende Brasil / (www.acendebrasil.com.br).